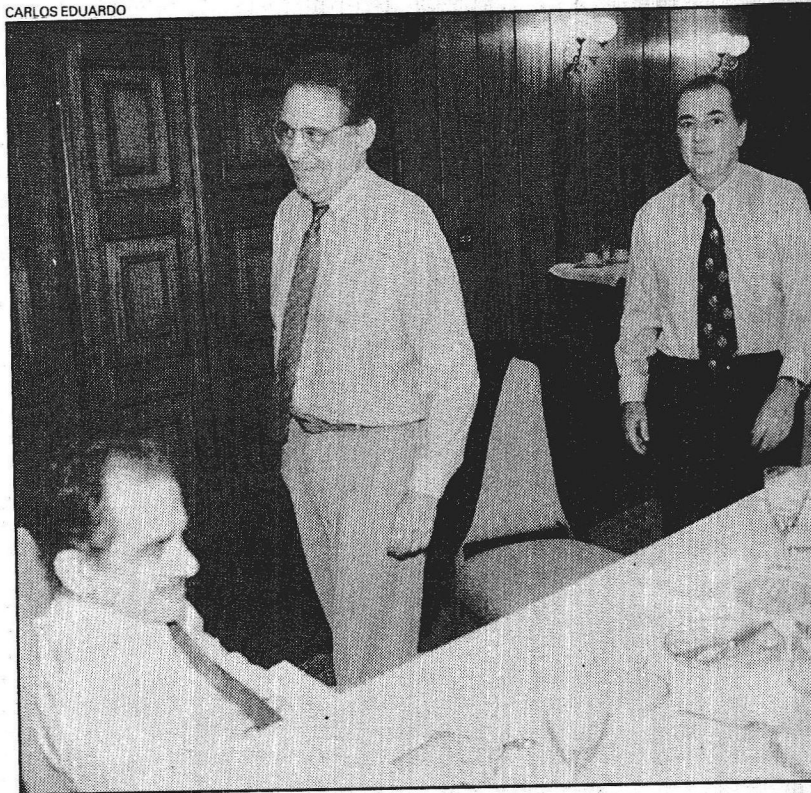


Cardoso diz que vai manter juros altos

CARLOS EDUARDO



No café, Cardoso discute cronograma do ajuste com líderes

Goiânia — O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, disse ontem que o Governo pretende manter os juros elevados no período de transição do cruzeiro real para a URV, como forma de evitar a especulação e abusos no mercado. Outra alternativa que, conforme o ministro, deverá ser ampliada para conter altas injustificadas de preços é a importação de alimentos. Já foi autorizada a importação de trigo da Argentina. “Os aumentos estão exagerados”, queixou-se o ministro a um grupo de cem empresários que lhe ofereceram almoço na associação comercial de Goiás.

Fernando Henrique reclamou também dos aumentos excessivos que vêm sendo dados aos remédios, bem acima da inflação, mas descartou a idéia de o Governo lançar uma cesta especial com remédios mais baratos para a população. O ministro tornou a pedir aos empresários que corrijam seus preços em níveis que não pressionem a inflação.

Justificou que o Governo continua vendendo seus papéis com juros elevados porque não tem dinheiro. “É por falta de dinheiro que nós precisamos do ajuste fiscal”, disse. Para que o País entre nos eixos, faltam duas coisas, afirmou: o fim do déficit público e a volta ao relacionamento com a comunidade financeira internacional. No caso do déficit, considerou fundamental a aprovação da emenda constitucional que prevê a criação do fundo social de emergência. Em relação à comunidade financeira internacional, disse que espera que o Fundo Monetário Internacional (FMI) dê o aval ao programa de ajuste econômico submetido ao Congresso. “Com o aval do fundo poderemos securitizar a nossa dívida e adotar instrumentos para utilizar melhor as nossas reservas”, afirmou.

Em reunião no Palácio das Esmeraldas, Fernando Henrique conseguiu com que o governador de Goiás, Íris Resende, a princípio contrário à retenção dos re-

ursos dos fundos de participação, admitisse negociar com o Governo uma forma de contribuir para o ajuste. Para Iris, o fato de o Governo poder contar com os recursos do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF) tornaria desnecessária a contribuição dos governos estaduais. “Ainda assim precisamos de mais dinheiro”, disse o ministro. O governador propôs ao ministro que União e governos estaduais façam convênios de fiscalização conjunta sobre as empresas para conseguir reduzir a sonegação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Congresso — O Governo vai medir forças e avaliar sua base de sustentação no Congresso com a votação da primeira medida provisória relativa à multa para o comerciante que não apresentar a nota fiscal. Os líderes querem garantir ainda que o resultado da negociação conduzida pela comissão da Câmara que estuda o plano FHC seja votado logo.